



Brasil

ACESP, Associação dos Camelos do Estado de São Paulo

**FENAMEI, Federação Nacional dos Micro Empreendedores
Individuais do Brasil**

UGT, União Geral dos Trabalhadores

**José Artur Aguiar, Secretário do Terceiro Setor, do Setor Informal e
Autônomos da UGT e presidente de ACESP y FENAMEI y SINDARTE**

Janete Pereira da Silva de Souza, presidente do SINDIMEI

A FENAMEI foi criada em 2013, sendo parte da UGT, estando a cargo da Secretaria do Terceiro Setor, do Setor Informal e Autônomos. Atualmente representam 950 mil membros. A principal organização da Federação é o SINDIMEI (Sindicato dos Camelos Ambulantes Autônomos e Microempreendedores Individuais do Estado de São Paulo) criado em 2010, que anteriormente, se denominava ACESP, Associação dos Vendedores Ambulantes Camelôs de São Paulo, criada em 1993, quando era filiada à CGT (Confederação Geral do Trabalho), mas se juntou a UGT em 2007. Também é parte da Federação SINDARTE (Sindicato dos Artesãos de Estado de São

Paolo), criado em 2009 para regulamentar os trabalhadores artesãos junto a feiras e eventos.

A estratégia está focada na busca pela legalização dos trabalhadores, de modo que eles devem passar a ter alguns direitos que ainda não tem, incluindo o direito ao trabalho. Desta forma, os trabalhadores também deixarão de ser perseguidos e contarão com vários benefícios.

Também estão contra a venda nas ruas, por entender que as calçadas foram feitas para a circulação de pedestres e não para venda. Na rua os trabalhadores são forçados a subornar as autoridades a deixá-los trabalhar sem problemas. Pirataria e roubo de mercadorias também são comuns. Muitas vezes, há assaltos e tráfico de drogas. Muitos dos produtos a venda são piratas.

Os principais eixos de ação têm sido de localização em espaços públicos para criação dos Shoppings Populares de Compras. Os Shoppings são espaços concedidos pelo governo e geridos colectivamente. Sua localização é geralmente popular, como trem ou terminais de ônibus. Há comerciantes que trabalham em uma posição permanente, eles constroem seus próprios recursos, em condições dignas de trabalho. O projeto beneficia a todos. Faça poder público devido à cobrança de impostos, para o controle de irregularidades trabalhistas (trabalho infantil, trabalho forçado). O Shopping conquista clientes, porque eles podem comprar em maior segurança e melhor paisagem urbana. Trabalhadores ganham, porque não são perseguidos pelas autoridades, tem água, banheiros, telefone, cabines de informações para os clientes e a opção de usar cartões de crédito no pagamento.

Como antecedente, durante alguns anos da década passada, em São Paulo, o ACESP havia conseguido, com o apoio da CGT, participar acompanhado por outros sindicatos, de um shopping a céu aberto, em uma região do centro da cidade chamada Memória Ladeira, situado entre a estação de metrô, um terminal de ônibus, da Câmara Municipal e do Legislativo da cidade, 250 pessoas trabalhavam lá. Mas em 2006, as autoridades públicas os expulsaram no meio da noite, com patrulhas da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana. Tratores foram usadas para destruir as barracas. Este episódio está relacionado na nota "A coisa boa é ser legalizada", publicado no site da CSA "Vamos falar sobre economia informal", incluindo um vídeo suportado por SUTERMUN (julho 2011).

Otro eixo vinculado é de, em todo território nacional brasileiro, de programas de desenvolvimento de vendas de produtos de fabricação própria de seus afiliados, promovendo feiras, além de um suporte contábil e de gerenciamento de negócios. Este método é aplicado em várias cidades brasileiras, de acordo com as iniciativas do governo, questões políticas e iniciativas da sua própria bagagem.

Estas organizações trabalham também em relação com o Povos Bank, a partir da experiência da ACESP no momento de sua criação em 2000, com o status de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, pelo Programa de Crédito Popular Solidário (São Paulo Trust), com a participação do Banco Santander, depois de vencer um concurso público o Bradesco e Itaú participaram deste concurso. O capital inicial do Banco era formado por uma contribuição principal da Prefeitura de São Paulo, junto com os outros, desde a fundação do Santander e organizações sindicais. O Programa tem pontos de atendimento em onze regiões de exclusão social do Município de São Paulo. Sua missão é fornecer microcrédito produtivo, para gerar emprego, renda e solidariedade, aumentando a inclusão social. Como parte dessa ação, aqueles que têm acesso ao crédito por parte do Banco a ser gravado usando nota fiscal de compra e venda de mercadorias.

Tomadores de crédito recebem orientação e apoio de um oficial de empréstimo no empreendedorismo local, transmitindo conhecimentos básicos. A oferta de crédito é baseado em grupos de 4-7 pessoas que cumprem seus compromissos em conjunto, vistas como arranjos sociais com base no vínculo de confiança e solidariedade, incentivo ao desenvolvimento local. Não pede garantias, os beneficiários determinam as taxas de juros de longo prazo e estas são mais baixos que do mercado.

O processo é acompanhado por um programa de educação em economia solidária, que é um educador de ação do governo, envolvendo a sociedade civil e empresas privadas. Um estudo ("Impacto de Renda fazer microcrédito"), desenvolvido pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo para o programa verificou-se um forte impacto dos empréstimos : em 24 meses , o valor adicionado das empresas atendidas pelo microcrédito dobrou, em comparação com aqueles que não tem acesso ao crédito. Confirma-se também que a maior barreira para as pequenas empresas formais não é o custo dos empréstimos, mas a falta de acesso ao crédito. O programa já concedeu mais de vinte milhões de empréstimos.

Ultimamente também se tem buscado alternativas e soluções mediante a Caixa Económica Federal, e já conta com a facilidade de abrir contas para seus filiados e uma linha de financiamento para seus negócios a juros bem baixos, além de promover as vendas de seus associados com maquinas de cartão de crédito e débito em todo o país.